

**A HERÓICA RESISTÊNCIA ARMADA DE CORUMBIARA E SEUS
DESDOBRAMENTOS: O SURGIMENTO DA LCP E A VITORIOSA CONQUISTA DA
FAZENDA SANTA ELINA PELOS CAMPONESES**

**LA HEROICA RESISTENCIA ARMADA DE CORUMBIARA Y SUS DESARROLLOS: EL
SURGIMIENTO DEL LCP Y LA CONQUISTA VICTORIOSA DE LA HACIENDA
SANTA ELINA POR LOS CAMPESINOS**

**THE HEROIC ARMED RESISTANCE OF CORUMBIARA AND ITS DEVELOPMENTS:
THE EMERGENCE OF THE LCP AND THE VICTORIOUS CONQUEST OF THE
SANTA ELINA FARM BY THE PEASANT**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.70144>

Marilsa Miranda de Souza¹

Márcio Marinho Martins²

Resumo: Trata-se de uma análise sobre o Massacre de Corumbiara – também conhecido como Batalha de Santa Elina – no contexto da luta pela terra ao longo dos trinta anos completados em 9 de agosto de 2025. O estudo aborda o surgimento do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) e da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), a luta pela indenização das famílias das vítimas e a vitoriosa retomada da Fazenda Santa Elina pelos camponeses. Para o desenvolvimento do estudo, utilizou-se o método do materialismo histórico-dialético, com a realização de pesquisa de campo, documental e bibliográfica, o que possibilitou a apresentação de um breve histórico sobre a formação da LCP, sua organização interna e sua atuação na luta pela terra no estado de Rondônia.

Palavras Chave: Massacre de Corumbiara. Resistência camponesa. Liga dos Camponeses Pobres. Rondônia. Luta pela terra.

Resumen: Este es un análisis de la Masacre de Corumbiara, también conocida como la Batalla de Santa Elina, en el contexto de la lucha por la tierra que duró treinta años y que culminó el 9 de agosto de 2025. El estudio aborda el surgimiento del Movimiento Campesino de Corumbiara (MCC) y la Liga de Campesinos Pobres (LCP), la lucha por la indemnización de las familias de las víctimas y la victoriosa recuperación de la Hacienda Santa Elina por parte de los campesinos. El estudio empleó el método materialista histórico-dialéctico, con investigación de campo, documental y bibliográfica. Esto permitió presentar una breve historia de la formación de la LCP, su organización interna y su papel en la lucha por la tierra en el estado de Rondônia.

Palabras clave: Masacre de Corumbiara. Resistencia Campesina. Liga de Campesinos Pobres. Rondônia. Lucha por la tierra.

Abstract: This is an analysis of the Corumbiara Massacre—also known as the Battle of Santa Elina—in the context of the land struggle over the thirty years that ended on August 9, 2025. The study addresses the emergence of the Corumbiara Peasant Movement (MCC) and the League of Poor Peasants (LCP), the struggle for compensation for the victims' families, and the victorious recapture of the Santa Elina Farm by the peasants. The study used the historical-dialectical materialist method, with field, documentary, and bibliographic research. This enabled the presentation of a brief history of the LCP's formation, its internal organization, and its role in the land struggle in the state of Rondônia.

Keywords: Corumbiara Massacre. Peasant Resistance. League of Poor Peasants. Rondônia. Struggle for Land.

Introdução

O artigo tem por objetivo analisar os desdobramentos do Massacre de Corumbiara, também chamado de Batalha de Santa Elina, no processo de luta pela terra ao longo desses 30 anos que se completaram no dia 9 de agosto de 2025, com destaque para o surgimento do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) e da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), decorrente da luta de duas linhas no movimento camponês após o referido conflito; a luta pela indenização das famílias das vítimas e a vitoriosa retomada da fazenda Santa Elina pelos camponeses, que se iniciou em 2008 e foi vitoriosa com a retomada em 2010, sob a direção da LCP, quando os próprios camponeses fizeram o corte popular da terra e a conquistaram definitivamente com a desapropriação³. A análise se estende à questão agrária, evidenciando o processo de colonização dirigida implementada pelo regime militar no estado de Rondônia e, sobretudo, à organização da LCP, que apresenta uma concepção diferente de luta pela terra. Defende a Revolução Agrária em contraposição à Reforma Agrária, bandeira histórica de luta dos movimentos sociais do campo no país. Para compreender esse fenômeno, foi necessário, com a utilização do método do materialismo histórico-dialético, realizar uma pesquisa documental e bibliográfica sobre esse movimento. Analisamos seus documentos (disponíveis na *internet*), publicações de jornais e revistas, e outras referências bibliográficas, que possibilitaram apresentar um breve histórico de sua formação, organização e atuação na luta pela terra em Rondônia.

Primeiramente, faz-se necessário abordar as diferentes visões que se construíram sobre o conflito ocorrido na fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, em 1995. As atrocidades cometidas contra os camponeses e os horrores por eles relatados foram caracterizados, no primeiro momento, como um massacre. Assim, aquele triste episódio foi noticiado em todo o mundo como Massacre de Corumbiara. De certa forma, pode-se considerar um massacre, se compararmos as forças que se confrontaram. Centenas de policiais e pistoleiros fortemente armados com fuzis e outras armas de grosso calibre e, do outro, camponeses pobres, com rudimentares espingardas velhas de caça, utilizadas como instrumentos de autodefesa do acampamento. Porém, a brava resistência dos camponeses garantiu que não matassem muitos mais camponeses durante o ataque. Essa resistência foi aclamada por todos os camponeses e camponesas após o conflito, chamando-a de combate ou batalha, pois afirmam que não se submeteram e lutaram com as armas que tinham para se defender, inclusive paus e pedras. Batalha é um conceito utilizado para caracterizar a hierarquia de combate durante uma guerra entre duas ou mais forças armadas, ou combatentes, em que cada uma das partes tentará derrotar a outra, são definidas por um tempo de duração que pode ser de horas ou dias.

Os camponeses prosseguiram a luta pela terra se organizando em movimento e na medida em que se politizavam, passaram a chamar o conflito de Batalha de Santa Elina, contrapondo-se ao conceito de massacre, que coloca os camponeses na posição de derrotados. A derrota foi na batalha, não na guerra camponesa contra o latifúndio, que se fortaleceu em todo o país naquele período. A primeira pesquisadora a estudar esse conflito, foi a professora Helena Angélica de Mesquita, que

chegou ao acampamento logo após o ocorrido, quando os camponeses estavam ainda concentrados em um ginásio de esportes, alguns internados em hospitais e muitos feridos fisicamente e destroçados psicologicamente. Os relatos emocionados das atrocidades, obtidos em suas entrevistas reforçavam a ideia de massacre, sendo assim chamado por ela na tese de doutorado *Corumbiara: o massacre dos camponeses - Rondônia, 1995*, defendida na Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em 2001. Os camponeses seguiam chamando de Batalha de Santa Elina, razão pela qual em 2006, foi realizada pesquisa que investigou as razões dessa contradição, que resultou na dissertação de mestrado em Geografia na Universidade Federal de Rondônia: *Corumbiara: Massacre ou combate?*, que se concentrou na versão da resistência, com entrevistas aos principais líderes do movimento e os camponeses que atuavam na segurança do acampamento. Parte dos dados obtidos nas entrevistas será utilizado nesse artigo.

O resultado da pesquisa de Martins (2009), aponta que, de fato, foi uma luta armada, uma batalha. Mas, como o termo Massacre de Corumbiara se consolidou na imprensa, este seguiu com mais expressão ao longo desses 30 anos.

Diante dessa contradição e para honrar os que lutaram e deram suas vidas, neste artigo utilizaremos o termo Batalha de Santa Elina, uma vez que dela resultou o surgimento do movimento camponês combativo que dirigiu a retomada daquelas terras pelos camponeses (maioria vítima do conflito) em 2010, garantindo uma rotunda vitória.

A Batalha de Santa Elina

Para que possamos compreender o contexto em que se deu o conflito conhecido como “Massacre de Corumbiara” ou “Batalha de Santa Elina”, é preciso que analisemos o processo de ocupação recente da Amazônia, traçado pelo Regime Militar. A intenção dos governos militares era regularizar e facilitar o monopólio da terra sob o controle de grupos estrangeiros de extração de matéria-prima vegetal e mineral e de grandes corporações agropecuárias e, ao mesmo tempo, reduzir as tensões sociais em outras regiões do País.

A ideia de “vazio demográfico” era propagandeada pelo governo federal, que desconsiderava a presença das populações indígenas, seringueiros, comunidades quilombolas e ribeirinhos que já se encontravam na região. O grande fluxo migratório para a região não se deu somente por pequenos e médios proprietários. Dentre os que vieram para Rondônia, muitos eram meeiros, arrendatários e posseiros, expulsos da terra pelo avanço do latifúndio e da mecanização da agricultura, que chegavam em pau de arara depois de viajar semanas pelos atoleiros da BR-364.

A maior parte das famílias camponesas que migrou para Rondônia, estimulada pelos projetos de colonização implantados pelo Regime Militar, não foi assentada. O processo de favorecimento dos grandes monopólios se deu por meio coercivo do Estado ou através das ações armadas de latifundiários. A grilagem é a marca oficial deste período, com falsificação de títulos de propriedade, enquanto os camponeses eram empurrados para áreas menos férteis e/ou menos acessíveis.

Em Rondônia, foram criados cinco Projetos Integrados de Colonização (PIC), dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), distribuídos em vários municípios do território. O processo de ocupação da Gleba Corumbiara não foi diferente de outras regiões do Estado de Rondônia. Os lotes de dois mil hectares já haviam sido definidos pelo INCRA no ano 1976, sendo que esses, em tese, não poderiam ser de um único proprietário. Os setores eram demarcados por picadas que limitavam os lotes e podiam se comprovar facilmente a concentração de terra entre pessoas da mesma família.

Calcula-se que, apenas em 1984, chegaram a Rondônia cerca de 200 mil migrantes, formando diversas cidades, especialmente na Zona da Mata e Vale do Guaporé (Souza, 2014). Essa massa de camponeses pobres era uma população excluída e quase nômade: cerca de 56% dos migrantes de Rondônia deslocaram-se de três a sete vezes pelo Brasil antes de chegarem ao Estado (CEPAMI, 1980).

A bonança foi substituída pela malária, que matava milhares de trabalhadores em decorrência da falta de assistência à saúde, falta de estradas etc., além do processo de expulsão dos camponeses, por meio da grilagem de terras, ora com a participação de funcionários do alto escalão do INCRA, ora por meio da pistolagem exercida por latifundiários que se instalavam nas áreas ocupadas. Por fim, chegamos a 1990 com um grande contingente de camponeses pobres, sem-terra, em todo o estado de Rondônia, cansados da falsa promessa de reforma agrária (Souza, 2014).

Mesmo tendo conhecimento das atrocidades cometidas contra os camponeses e os povos indígenas, no início dos anos de 1990, os camponeses ocuparam e conquistaram terras no município de Corumbiara, dando origem às comunidades de Vitória da União e Assentamento Adriana, que foi uma ocupação dirigida pelo MST. Todas essas terras conquistadas foram marcadas pelos enfrentamentos com pistoleiros, perseguições, despejos e novas retomadas da terra até a vitória das famílias. Os latifundiários da região, covardemente, usaram a violência de bandos armados e da polícia para impedir as ocupações de terra. Foram as agressões, assassinatos de camponeses pobres e massacres que obrigaram os camponeses a avançar cada vez mais em sua organização e autodefesa.

Devido uma ruptura na direção do MST, algumas lideranças dissidentes desse movimento (Cícero e Ananias), se deslocaram para a região sul do estado e passaram a organizar as famílias para entrar na fazenda Santa Elina, contando com algumas lideranças camponesas que já haviam atuado nas lutas pela terra naquela região, como Adelino Ramos (Dinho) e seu filho Claudemir (Pantera).

Assim, há 30 anos, em 14 de julho de 1995, cerca de 600 famílias ocuparam as terras da fazenda Santa Elina, de 18 mil hectares, no município de Corumbiara, em Rondônia, montando um grande acampamento. Eram famílias de camponeses pobres, sem-terra, migrantes de várias regiões do país. O acampamento ganhou o apoio de pequenos e médios camponeses e dos comerciantes locais, que contribuíram com alimento, remédios, ferramentas de trabalho e sementes, pois viam a necessidade de mais terras nas mãos dos camponeses para o desenvolvimento da região. No acampamento, as famílias começaram a derrubar a mata e plantar, transformando uma enorme área

que antes estava nas mãos do latifúndio, em roça coletiva. Organizaram escola, autodefesa, cozinha coletiva, comissão de saúde etc.



Camponeses acampados na Fazenda Santa Elina durante a entrega da ordem judicial de reintegração de posse, em 14 de julho de 1995. Foto: Elizeu Rafael de Souza

A propaganda sobre a numerosa quantidade de pessoas no acampamento se espalhou, preocupando os latifundiários locais que temiam novas ocupações em suas áreas.

Como sempre, a Justiça foi muito rápida para atender aos interesses dos latifundiários. No dia 19 de julho já havia sido expedida a liminar de manutenção de posse, conforme Mesquita (2003, p. 34), nesse dia ocorreu o primeiro confronto e um posseiro foi ferido à bala pelas costas. Os Camponeses que faziam segurança avisaram com fogos de artifício a chegada da polícia e todos foram para a margem do igarapé, gritaram palavras de ordem e entoaram canções, com paus e pedras nas mãos, enquanto ouviam o oficial de justiça ler a ordem judicial de reintegração de posse do outro lado do riacho: “fizeram silêncio e o oficial de justiça leu o mandado de manutenção de posse com voz trêmula” (Mesquita, 2011, p. 81). Conforme a autora, foi frustrada essa primeira tentativa de removê-los da área, “o oficial de justiça devolveu a liminar ao juiz, com um relatório que descrevia o acontecido, e deu sua própria versão sobre os fatos: ‘que os posseiros lutavam, jogavam paus e pedras e diziam palavras de baixo ‘escalão’ [sic.]’ (Mesquita, 2011, p. 82).

As investidas dos bandos armados de pistoleiros haviam sido todas derrotadas pela resistência camponesa e a situação começou a preocupar o governo do estado e os latifundiários. A Sociedade Rural, braço da União Democrática Ruralista (UDR), pressionava o governador exigindo o cumprimento da liminar e o comandante da polícia fosse preso por omissão, porque protelava o despejo. Uma das mais expressivas lideranças do movimento ruralista enviou uma carta ao governador Valdir Raupp de Matos⁴, exigindo a retirada violenta dos camponeses às vésperas do fatídico 9 de agosto. Era uma carta assinada por Roberto Rodrigues⁵, presidente da Sociedade Rural Brasileira, que mais tarde, em 2003, seria o primeiro ministro da Agricultura do governo Lula, (lembrando que em todas as gerencias do PT o Ministério da Agricultura esteve nas mãos dos ruralistas). Ao analisar o caso Corumbiara, Peres (2015, p.76-77) deu publicidade a essa carta.

O governador Valdir Raupp obedeceu à ordem. Assim, no dia 8 de agosto, chegou ao acampamento o Major Ventura, da Polícia Militar (PM), acompanhado da imprensa. Houve uma conversa entre o comandante e uma comissão dos camponeses. Nessa conversa, o comandante, que já estava a par da ação que estava sendo preparada, garantiu que não haveria represálias por parte dos policiais e que os camponeses poderiam sair no outro dia pela manhã.

Depois desta conversa, os camponeses fizeram uma assembleia em que decidiram que só sairiam com a garantia de um pedaço de terra. O que eles não sabiam é que a imprensa havia filmado o acampamento para fornecer as imagens para o comando da PM, que estava finalizando os preparativos do ataque. O latifundiário Antenor Duarte organizou os latifundiários vizinhos da fazenda Santa Elina, contratou e armou pistoleiros para agir em conjunto com a Polícia Militar (Martins, 2009).

Na madrugada do dia 9 de agosto, por volta das 3 horas, pistoleiros armados recrutados nas fazendas da região, usando fardamento da PM e rostos cobertos, iniciaram os ataques ao acampamento. Após horas de tiroteio, os camponeses não tinham mais munições para suas espingardas, quando entrou em cena o COE (Comando de Operações Especiais) sob o comando dos comandantes José Hélio Cysneiros Pachá e Mauro Ronaldo Flores. Eles utilizaram holofotes, bombas de gás lacrimogêneo e todo tipo de armamento pesado. Durante a ação, era possível identificar quem não era policial, pelo fardamento incompleto, botinas, barbas grandes, etc., como fora registrado em fotografias.

Segundo depoimento das vítimas a operação de guerra teve participação de cerca de 200 jagunços recolhidos nas fazendas da região e em Mato Grosso. Também foram utilizados vários presidiários. Feita a apresentação do mandado de reintegração de posse, as famílias se negaram a sair sem garantias de que teriam um pedaço de terra. No dia 8 de agosto, após várias negociações, em que estiveram presentes padres, jornalistas (os filmes feitos por estes serviram para a PM planejar o ataque), e representantes do Estado, as famílias são convencidas a sair com a garantia de que o Inca daria início ao processo de desapropriação da área. O comandante da PM, garante que não haverá represálias por parte dos policiais e que os camponeses podem sair no outro dia de manhã, uma vez que já estava anoitecendo. Mas, curiosamente, chegam caminhões carregados de policiais e pistoleiros que montam acampamento próximo da fazenda. No mesmo dia, por volta das 21hs, pistoleiros usando fardamento da PM e rostos cobertos iniciaram os ataques [...]. Os camponeses resistiram até o último cartucho. Rendidos, policiais e jagunços iniciaram as humilhações, torturas e assassinatos brutais durante o fim da noite e início do dia. O resultado oficial foi de dezesseis mortes, sete desaparecidos e mais de 200 com graves sequelas da violência, muitos deles com balas encravadas no corpo (AND, nº 20, setembro de 2004).

Mas, os camponeses estavam vigilantes e preparados para a resistência. Dado o alarme, valentes homens e mulheres resistiram com heroísmo utilizando paus, pedras, foices e suas armas de caça. Resistiram ao máximo, até que, ao amanhecer do dia 9 de agosto, foram rendidos, devido à superioridade bélica dos inimigos, o acampamento foi tomado de assalto pelas tropas da repressão. Após rendidos, foram barbaramente torturados e humilhados.

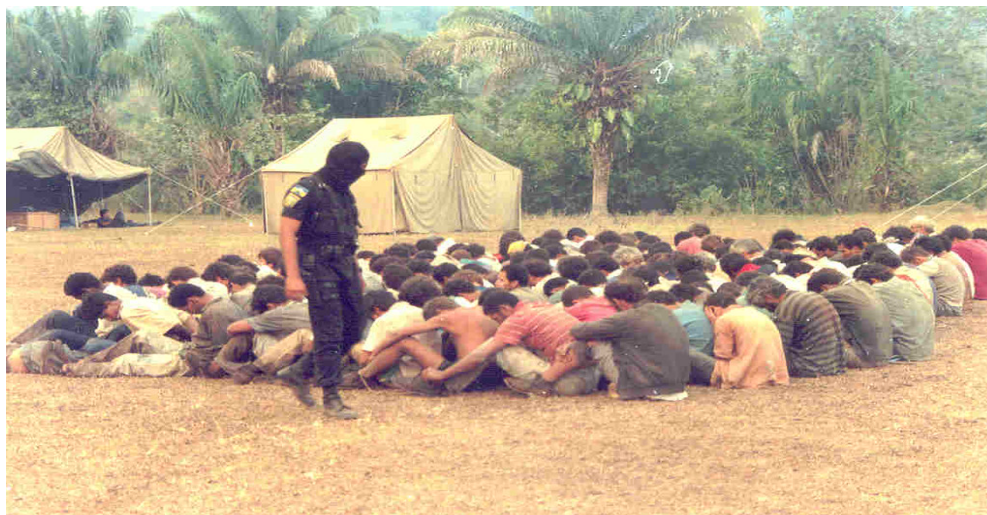
Os camponeses que viveram vinte e cinco dias de esperança da terra prometida, de repente abismaram-se num inferno dantesco, onde homens foram executados sumariamente, mulheres foram usadas como escudos humanos por policiais e

jagunços, 355 pessoas foram presas e torturadas por mais de vinte e quatro horas seguidas e o acampamento foi destruído e incendiado com os parques pertencentes dos posseiros” (Mesquita, 2003, p. 35).

Os relatos dos camponeses que sobreviveram ao covarde ataque policial descrevem crimes hediondos cometidos pela polícia e pistoleiros que faziam parte da tropa. Mulheres foram agarradas e usadas como escudo pelos policiais e pistoleiros, muitas delas espancadas a golpes de coronhas de fuzis, carabinas e escopetas. Camponeses tiveram os olhos furados e foram castrados vivos, oram atacados com golpes de porrete nas cabeças, cortes com motosserra, chutes no rosto, nas costas e abdômen, espancamentos generalizados e execuções sumárias. Muitos foram obrigados a beber sangue e a comer pedaços de cérebro dos que tiveram suas cabeças esmagadas pelos pistoleiros e policiais, outros foram obrigados a carregar os corpos de seus companheiros para um caminhão.

A pequena Vanessa Santos, de apenas 7 anos de idade, foi assassinada por um tiro de fuzil⁶. Outros dez camponeses foram assassinados e vários desapareceram.

A PM montou um verdadeiro campo de concentração em um campo de futebol nas proximidades do acampamento, para onde os camponeses foram levados e mantidos presos. Durante todo o dia 9, sob o sol escaldante, mais de 400 camponeses foram submetidos a torturas, insultos, humilhação e todo tipo de abusos na frente de suas mulheres e filhos. “Depois que os posseiros estavam todos dominados, foram levados amarrados para o campo de futebol do assentamento Adriana e ali ficaram por longas horas, sem comer, ou beber água e sofrendo torturas” (Mesquita, 2003, p. 36). Uma foto desse campo correu o mundo:



Camponeses rendidos no campo de futebol - Assentamento Adriana, em 9 de agosto de 1995.
Foto: Elizeu Rafael de Souza

Os policiais e/ou pistoleiros cobriram completamente seus rostos com máscaras para não serem reconhecidos. Mas, as torturas e humilhações seguiram até a cidade e, conforme Mesquita (2003, p. 37), o fazendeiro Antenor Duarte do Vale, seu gerente José Paulo Monteiro, acompanhado de

vários pistoleiros profissionais, fortemente armados, participaram da vigilância e espancamento dos posseiros.

Já era final de tarde do dia 9/8 quando os trezentos e cinquenta e cinco camponeses presos foram levados para a delegacia de Colorado do Oeste, (onde continuaram a ser torturados), e para o Ginásio de esportes daquela cidade (onde continuaram sendo humilhados) e só puderam ser libertados no dia 10, com a chegada do advogado da CPT (Mesquita, 2003, p. 37).

Os mais destacados líderes da resistência foram caçados e alguns sequestrados, torturados e executados. Sérgio Rodrigues, que apesar de não fazer parte do acampamento, apoiava a luta e estava na segurança do acampamento no dia da batalha, desafiando as forças da repressão, conforme depoimentos dos camponeses (Martins, 2009, p. 79-80). Sérgio foi um dos identificados pelos pistoleiros no campo de futebol, retirado em uma Toyota branca e seu corpo foi encontrado dias depois no rio Tanaru, foi uma execução sumária por estar à frente da segurança. O corpo de Sérgio apresentava visíveis sinais de tortura e espancamento, tendo seus olhos perfurados (Martins, 2009, p. 80).

Esses acontecimentos tornaram-se mundialmente conhecidos como “Massacre de Corumbiara”. As notícias começaram a ser veiculadas em todo o país, inicialmente pelas denúncias da Comissão Pastoral da Terra e pelo movimento sindical.

Oficialmente, o Estado anunciou como resultado de sua ação genocida 16 mortes (dois policiais e o restante camponeses, entre os quais a pequena Vanessa, de 7 anos, assassinada com tiro de fuzil pelas costas). Em razão da violência policial, mais de dez camponeses vieram a falecer posteriormente, inclusive duas crianças recém-nascidas. Mais de 200 camponeses ficaram com graves sequelas físicas e psicológicas e muitos feridos continuam até hoje com balas encravadas no corpo. Constataram-se ossos humanos incinerados e muitos relatos de camponeses desaparecidos⁷. A presença de pistoleiros fardados, que foram os primeiros a entrar em confronto com as linhas de defesa do acampamento, aponta para um número muito maior (Mesquita, 2001; Martins, 2009).

Conforme Martins (2009), há três visões sobre o conflito ocorrido em 1995: 1) Para o Estado e os latifundiários a ação violenta buscava alertar quaisquer organizações de que era preciso frear a luta pela terra; 2) Para o MST e o conjunto de correntes reformistas era o sinal de que a luta deveria seguir pelo caminho da legalidade, onde afirmavam: Corumbiara Nunca Mais! e 3) Para os revolucionários brasileiros, a resistência camponesa da fazenda Santa Elina representava a efervescência da luta de classe no campo, de que a revolução brasileira seria, em primeiro nível, uma Revolução Agrária, enquanto parte de uma revolução de Nova Democracia.

Em pesquisa realizada por Martins (2009) mestrado intitulada “*Corumbiara: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos*”, defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, destaca-se a terceira visão, de que não foi apenas um massacre, mas uma luta armada, um combate.

Os camponeses esperavam um despejo, mas não esperavam uma ação como a que foi realizada na madrugada do dia 9 de agosto. A estratégia de defesa ao acampamento e o funcionamento da comissão de segurança (autodefesa) já haviam barrado a ação dos bandos armados de pistoleiros nos primeiros ataques ocorridos na área. É importante ressaltar que o discurso do comandante da PM, de que os camponeses utilizavam “táticas de guerrilha”, é uma afirmação desprovida de qualquer fundamento. O que havia era uma exímia organização que conseguira barrar a ação da pistolagem.

Os entrevistados afirmaram que havia uma estrutura hierarquizada e de comando existente na equipe de segurança (autodefesa) do acampamento. O responsável pela comissão encarregava-se de dividir turnos, tinha o controle de manuseio e pela guarda das armas, que era em local de conhecimento somente da autodefesa. Além dos pontos fixos de segurança e as guaritas, havia os que faziam a ronda entre um ponto e outro, e a segurança interna do próprio acampamento⁸. Mas, o entrevistado é enfático em afirmar que, mesmo com a participação de muitas pessoas, ainda não era algo discutido com todo o acampamento, era uma discussão mais fechada. “Nós tínhamos um barracão, dentro da mata e eram várias seguranças. Então a segurança era separada do acampamento. Nós tínhamos muita estratégia” (Rui). Um dos entrevistados nos informou que havia muitas armas no acampamento, mas não eram armas de grosso calibre. Em sua maioria, eram espingardas e alguns revólveres. Entre as armas mais “pesadas” estavam rifles calibre 22, com capacidade para 10 disparos. É uma arma semiautomática, muito utilizada por camponeses. Além destas, havia espingardas (cartucheiras) de diversos calibres.

Havia uma grande preocupação com a segurança (autodefesa) do acampamento. Mesmo não prevendo o ataque do dia 9 de agosto, os camponeses tinham barricadas e postos de observação. O acampamento estava localizado por debaixo de árvores, o que dificultava a visibilidade, mesmo com os intensos voos rasantes dos aviões dos latifundiários. As guaritas foram fixadas em pontos estratégicos, como é o caso da figueira e, em outros casos, foram utilizados troncos de árvores, pedras e até buracos (utilizados como trincheiras). Houve algumas orientações para as pessoas sobre um possível ataque, mas, além disso, não havia qualquer estratégia geral que envolvesse todo o acampamento, caso fosse atacado, como ocorreu.

Contudo, reconhece que havia uma inferioridade numérica de “pessoas preparadas”, para um enfrentamento, não sendo possível se ter uma vitória em um eventual conflito, pois a própria autodefesa montou acampamento muito próximo, o que comprovadamente facilitou a identificação por parte da polícia e dos pistoleiros dos eventuais focos de resistência.

O risco que corre o pau, corre o machado...

O risco que corre o pau corre o machado. Não há o que temer. Aquele que manda matar, também pode (deve) morrer. Nós estamos em guerra, o lado de lá já decretou. Contrataram pistoleiros pra matar trabalhador (...). É a nossa proposta, pois a gente quer ganhar! Se matarem um daqui dois (ou dez) de lá vamos matar!

O *risco* é música presente em várias ocupações camponesas espalhadas em todo o Brasil. Mostra a disposição de luta dos camponeses e camponesas em lutar pela terra, denunciando a ação do latifúndio e dispondo-se a reagir quando da ação de seus contrários. Os camponeses utilizam as armas a seu alcance para defender-se desses ataques. Foi assim na fazenda Santa Elina e continua sendo em muitos outros acampamentos em todo o Brasil.

Lá era pau, pedra, estilingue, foice, machado, motosserra... Era feio, mas era bem organizado... Por que o povo não sabia o que viria pela frente... Imagine você com estilingue e eles estavam com armas de calibre grosso, fuzis... A gente tinha umas espingardas... Calibre 22, as cartucheiras que carregam pela boca... Essas eram nossas armas pesadas... Arma que carrega pela boca é arma perigosa? Um tiro... Uma carreira... (Zeca).

Sorrindo, Zeca afirmava que era “um tiro... uma carreira” ao referir-se com ironia às supostas armas de grosso calibre existentes entre os acampados. A resistência dos camponeses em 9 de agosto, utilizou tudo o que estava ao alcance: estilingues, foices, pedras, machados e as poucas espingardas que dispunham. Não era muito, mas percebendo que a ação da PM e dos pistoleiros não seria uma simples ocupação, boa parte do acampamento se colocou em luta campal para proteger suas vidas. Alguns, sem saber direito o que era aquilo, trataram de se colocar em frente ao acampamento, conforme era sempre orientado quando da aproximação da polícia. Com exceção dos seguranças da área, os acampados não estavam preparados para aquele tipo de situação e, ao mesmo tempo, três fatores da estratégia da PM e dos pistoleiros foram decisivos:

- 1) O elemento surpresa, ao atacar o acampamento por volta das 3 horas da madrugada;
- 2) A estratégia de cerco ao acampamento, que impossibilitou uma reagrupação dos camponeses;
- 3) A utilização de armamentos pesados e outros materiais de guerra, como sinalizadores, bombas de efeito moral e bombas de gás lacrimogêneo.

Perguntamos aos camponeses se houveram mais mortos além dos que foram oficializados e o número de desaparecidos. E, da mesma forma, quase a totalidade dos entrevistados apontou para a existência de muitos mortos. Sobretudo os “defuntos sem choro”⁹, que segundo os relatos, foram dezenas. A resistência dos acampados e a suposta morte de muitos pistoleiros foi uma possível causa das sessões de tortura que foram realizadas após a PM e pistoleiros renderem todos os ocupantes.

Eu já falei com muitas pessoas, então a gente não tem um dado concreto sobre isso, mas um número de baixa que eles tiveram foram bastante grandes, e não foi nem próximo do que eles revelaram, o que eles revelaram foi que foram dois policiais, e jagunço praticamente não revelou nenhum. Então o número de baixa foi muito maior, várias pessoas revelaram que viram, ouviram caminhão, transportando corpos... Alguns... Eu tive com um companheiro que viu... ele tava na beira da estrada, ele pulou pro meio do mato, ele viu quando o caminhão passou carregado, pingando sangue na estrada (Oziel).

A Polícia Militar impediu qualquer entrada ao acampamento durante todo o dia 9 de agosto. Acampados e vizinhos denunciaram e continuam denunciando que tratores trabalharam durante mais de 48 horas no local. Se de fato a maioria das pessoas confirma haver mais mortes, quem seriam estas

pessoas? Os detalhes contados sobre o volume de cadáveres que muitos viram, o sangue no rio, a passagem de caminhões com corpos e o trabalho de tratores esteiras supõem que o número de mortos entre os pistoleiros foi alto e escondido.

Comim (2008) analisou o conjunto de matérias jornalísticas sobre o conflito e sobre o papel da imprensa. Dentre as matérias, uma que nos chamou a atenção e foi publicada pelo jornal *Folha do Sul*, em sua edição nº 343 do ano 2000, afirma que dois sobreviventes do conflito denunciaram o enterro clandestino de 18 pistoleiros. As denúncias, à época, não tiveram tanta repercussão, caindo no esquecimento dos debates ou mesmo na própria imprensa.

Perguntamos aos entrevistados sobre o termo “massacre de Corumbiara” e sobre o “o combate de Santa Elina” ou a “batalha de Santa Elina”. A maioria dos entrevistados respondeu ser o “combate de Santa Elina” ou a “batalha”. Apenas uma pessoa foi enfática em dizer que foi um massacre. Dentre os que afirmaram ser um combate, a essência de suas afirmações vem do fato de terem resistido, lutado, enfrentado a morte, torturas e humilhações. Com o último foco de resistência sufocado – a figueira –, as sessões de tortura, espancamento e execuções se procederam. Os torturadores buscavam arrancar o máximo de informações possíveis. De nada adiantou. Ninguém identificou os líderes do acampamento que foram presos.

Roberto considera que foram as duas coisas: Combate e massacre. Reconhece e denuncia o que houve, mas defende a posição de “combate” devido a resistência feroz que os camponeses impuseram, mesmo com toda a situação desfavorável. Ele defende a principalidade da resistência, enquanto luta justa, enquanto aspecto predominante. Aspecto que segundo ele, foi negado, omitido, minimizado para coibir qualquer ação mais radicalizada da luta pela terra.

A gente sempre colocou isso, em relação ao uso do termo “massacre” que era o termo geralmente dado pelo PT, pela CUT, pela Igreja Católica, era o fato de ressaltar principalmente esse aspecto, e não o outro... Então, ao ressaltar esse aspecto do massacre, era uma forma também de colocar pra baixo essa forma mais radicalizada de luta... de colocar até os termos que usavam “Corumbiara nunca mais”, como se aquilo ali, o fato dos camponeses terem feito tudo aquilo e resistido, fosse errado, então é... Então não é correto! Então por isso que nós priorizamos essa questão da resistência ao invés de dizer massacre, porque a conotação que nós temos que dar, o acento maior, é na principalidade de se ter resistido (Roberto).

A repressão violenta aos camponeses em Santa Elina impulsionou ainda mais a luta pela terra no Brasil, no mesmo ano e nos subsequentes. Em 1996, os camponeses do Pará, organizados pelo MST, viveram um momento de radicalização e confronto com a PM. O chamado “massacre de Eldorado dos Carajás” reforçou a denúncia contra o Estado policial implantado no Brasil, ampliou a discussão sobre a concentração da terra no País e representou outro marco de luta e resistência camponesa.

Após a batalha na fazenda Santa Elina, inúmeras ocupações colocaram a luta pela terra em destaque. Não por ser o conflito em tela o impulsionador desta luta, mas pelo nível de contradições existentes no campo e pelo nível de mobilização dos camponeses, organizados pelo MST e por inúmeras outras organizações camponesas. Em Rondônia, herdeiros da luta camponesa na fazenda

Santa Elina surgem o Movimento Camponês Corumbiara (MCC) e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

A resistência em Santa Elina teve grande repercussão no país e no exterior, o que obrigou a gerência vende pátria de FHC/ACM (PSDB/PFL) designar lotes para as 600 famílias. O INCRA encenou a desapropriação da Fazenda Santa Elina e, contando com o beneplácito dos dirigentes do PT e da CUT que intermediaram negociações com o Estado, desviou para outras terras. Após prolongadas negociações, os camponeses foram assentados em três áreas diferentes: Rio Crespo (próximo de Ariquemes), Vanessa (região de Corumbiara) e Santa Catarina (hoje Palmares, em Theobroma) onde se concentrou a maioria das famílias. Mas, nem todas foram assentadas.

Fazer um massacre era um plano articulado entre os latifundiários e os militares, com o objetivo de espalhar terror entre as famílias de camponeses e assim paralisar a luta pela terra no estado. No entanto, ao contrário do que se esperava, a repressão sangrenta gerou enorme solidariedade e fez explodir uma onda de novas ocupações de terra por todo o país.

O surgimento do MCC e da LCP

A Liga Operária e Camponesa (LOC) que dirigia alguns sindicatos classistas em Minas Gerais cumpriu importante papel de apoio político e material para as famílias de Santa Elina, difundiu a luta, realizou campanhas de denúncia dos crimes do latifúndio e assentou as bases para o impulsionamento dos movimentos que surgiram logo após a batalha. A LOC já atuava também em tomadas de terra no Norte de Minas Gerais (Batella, 2021).

A direção mais combativa da resistência camponesa de Santa Elina se encontrava clandestinamente, devido às perseguições dos órgãos de repressão do Estado, além de terem suas cabeças postas a prêmio pelos latifundiários e, com o apoio da Liga Operária e Camponesa, decidiu convocar, nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 1996, o *1º Encontro Estadual dos Assentados de Corumbiara e Companheiros comprometidos na luta pela terra*, que foi realizado na cidade de Jarú. “Seu objetivo era organizar a luta camponesa num nível superior, unindo-se com todas as organizações populares combativas, visando construir a aliança operário-camponesa”. Neste encontro, se travou dura luta entre as posições revolucionárias e as reformistas. Venceu a linha revolucionária e o encontro se encerrou com a formação do Movimento Camponês Corumbiara (MCC). “Juramos pelo sangue derramado dos nossos companheiros na Fazenda Santa Elina, levar a qualquer custo a luta pela terra, pela democracia, justiça e trabalho até a vitória final.” Este foi o juramento feito no ato de fundação do MCC em 25 de fevereiro de 1996” e repetido pela LCP em sua fundação (A Nova Democracia, Ano II, nº 20, 18 de janeiro de 2008).

Conforme a cartilha *Nosso Caminho* (LCP, 2018), aprofundamento das lutas que seguiram com a tomada da fazenda Primavera, em Theobroma e a repercussão que alcançou a Batalha de Santa Elina, o MCC cresceu em todo o estado. Com este crescimento, aprofundou-se a luta ideológica no seio do MCC, marchando para o choque frontal das posições oportunistas de alguns de seus dirigentes

com as do grupo de dirigentes forjados na Batalha de Santa Elina, que compreenderam de forma mais profunda os princípios do movimento camponês combativo. Esta luta, que marcava a diferenciação entre duas linhas, terminou com a expulsão dos indivíduos que degeneraram em práticas de exploração das massas, passando à delação do movimento para o inimigo. Dessa luta de duas linhas no movimento camponês, surge a Liga dos Camponeses Pobres (LCP)

As divergências entre as lideranças se acentuam no 2º Encontro do MCC em Theobroma. Algumas lideranças são afastadas por buscar o caminho da conciliação, segundo o relato, “era início do processo de depuração do movimento camponês”.

O desenvolvimento destas lutas vai resultar na conformação de dois campos no seio do MCC: o primeiro formado pelos que afirmavam o caminho de Santa Elina; o segundo, que representava a traição, a negação da luta, que degenerava em banditismo para passar depois à conciliação com o Estado [...] Representados por Claudemir e Adelino Ramos, este grupo passou a utilizar práticas de caudilho, recorriam a intimidação e ameaças de morte contra os camponeses para manter seus interesses individualistas e enriquecer às custas das massas. Também se notará que a vinculação destes elementos com o PT e com setores da igreja católica (alguns padres de Osasco fundaram um Comitê de Solidariedade ao MCC) vai se tornar cada vez maior. O caminho que eles seguiram levou para os braços do oportunismo eleitoreiro do PT e PC do B. (A Nova democracia, Ano II, nº 20, de 18 de janeiro de 2008).

O 3º Encontro do MCC, em 1999, foi o divisor de águas. Agora, definitivamente, ficava patente a divisão na direção do movimento. Os que defendiam uma posição combativa se reuniram num seminário de estudos na escola da Barragem em Machadinho d'Oeste, numa área ocupada pelo Movimento. O objetivo desse seminário era eleger uma nova direção para o Movimento Camponês combativo e definir um Programa Agrário.

Em seguida, num Seminário de estudos na Escola da Barragem, os camponeses fizeram um balanço de toda luta contra os elementos oportunistas, condenando a prática de banditismo de Claudemir e Adelino. Diversas lideranças camponesas defenderam com firmeza inabalável os princípios do movimento de ‘servir ao povo’, ‘sustentar em nossas próprias pernas’ e ‘lutar por um mundo justo’. Decidiram expulsar o oportunismo do MCC. Desta reunião histórica para o movimento camponês de Rondônia, participaram camponeses pobres de várias áreas, além de estudantes e professores convidados, que ao final de uma semana de estudos e debates, decidem sobre o desenvolvimento da Escola Popular e pela criação da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia — LCP. Num ato em Jaru, com a participação de centenas de camponeses pobres de Corumbiara, Espigão, Theobroma, Jaru, Machadinho e outras cidades, foi fundada a LCP-RO. (A Nova Democracia, Ano II, nº 20, de 18 de janeiro de 2008).

Na cartinha *Nosso Caminho* (LCP, 2018, p. 10), o principal documento da LCP, também explica esse processo:

Da luta de Santa Elina surgiu o MCC-Movimento Camponês Corumbiara no propósito de seguir sustentando a herança da luta de Santa Elina. Com o tempo a luta se instaurou no interior do próprio MCC dando curso ao processo de depuração iniciado com a Batalha de Santa Elina. Da luta dentro do próprio MCC contra a influência do oportunismo vertido principalmente pelo petismo e pela

igreja católica e pelo aprofundamento do movimento camponês combativo que avançava a largos passos no Norte de Minas surgiu a Liga dos Camponeses Pobres.

Conforme a LCP (2018), esse congresso demarcou os dois caminhos no movimento camponês: o caminho do oportunismo e o caminho democrático¹⁰ e revolucionário, a partir de uma definição mais clara de seus objetivos e afirmação dos princípios. Nascia, assim, a Liga dos Camponeses Pobres.

Tal luta é a que se dá entre o caminho do oportunismo, que é o mesmo caminho burocrático da burguesia e do latifúndio, que sempre subordinou o movimento camponês aos projetos eleitoreiros, tratando os camponeses como classe secundária na luta de classes e o caminho democrático, único capaz de efetivamente conquistar a terra através da destruição completa do latifúndio, por guiar-se no programa revolucionário de transformações para o campo, por considerar os camponeses pobres como a força principal para as transformações democráticas revolucionárias de nosso país, sob a direção do proletariado revolucionário e assentadas na aliança operário-camponesa (LCP, 2018, p. 2).

Conforme os documentos analisados, a Liga seguia organizando-se em diferentes áreas, criando grupos de base e denunciando as ações oportunistas do MCC. Nestas reuniões discutia-se de forma democrática e popular os alicerces de um Programa Agrário que pudesse servir de guia para uma justa transformação agrária e promover a união com a luta dos operários e todo o povo por melhores condições de vida e trabalho.

O uso da *Cartilha de Ocupação* da LCP dará origem à primeira tomada de terra com corte dos lotes pelos próprios camponeses. Nota-se aí, o primeiro ponto que diferencia a Liga dos demais movimentos sociais, que mantém os camponeses em acampamentos durante vários anos, esperando a inércia do INCRA. A LCP não espera pelo INCRA para assentar os camponeses. Os próprios camponeses cortam a terra e se apossam dela, o que gera muito mais conflitos com os latifundiários e com o Estado. Essa prática é chamada de *Corte Popular*, que se constitui numa das características da Revolução Agrária defendida pelo movimento.

Neste mesmo ano aconteceram ocupações em prédios do Inca e prefeituras e a tomada de uma patrol (trator) da prefeitura de Vale do Anari para realizar abertura de estradas em uma área. A partir da ocupação do Inca em Machadinho, a repressão passou a atacar de forma mais dura. Para intimidar, perseguiam, prendiam camponeses e abriam processos com intuito de destruir a organização. Para marcar a data de cinco anos da resistência em Santa Elina, em 2000, a LCP organizou uma grande manifestação na cidade de Corumbiara. Mais de 500 pessoas assistiram à atividade teatral que exaltava a resistência, muitos dos camponeses participantes da resistência de Santa Elina estavam presentes.

O 2º Congresso da LCP, em 2000, em Corumbiara e o Conselho de Delegados em Machadinho d'Oeste, no início de 2001, representaram um avanço na organização do movimento, materializado na consolidação de um plano geral de lutas que traduzia os principais anseios dos camponeses pobres: conquistar a terra, desenvolver a produção com a formação de Grupos de Ajuda Mútua – GAM. A *Cartilha de Ocupação ou 5 passos para tomar a terra do latifúndio*, que orientava a nova forma de organizar a luta camponesa, voltou a ser aplicada com sucesso na organização da tomada de terra em Corumbiara, na fazenda Guarajús. Durante mais de três meses, foram organizadas cerca de

200 famílias, que discutiram o conteúdo e a forma de organizar as tomadas de terra, a formação das comissões, a autodefesa, tudo baseado em grupos de dez famílias, onde todos tinham tarefas. Apesar deste trabalho e após um longo período de resistência, as famílias foram despejadas pela PM, favorecida por erros da direção, que subestimou a força dos latifundiários nesta área. Neste mesmo ano, dezenas de tomadas de terra influenciadas pela linha combativa ocorreram em todo o Estado, a maioria espontânea. Muitas delas pedem o apoio da LCP, num claro sinal de referência e concordância com a linha e direção, o movimento percebeu tal importância e lançou a consigna: *Camponeses de Rondônia, tomem todas as terras!* (A Nova Democracia, Ano II, nº 20, de 18 de janeiro de 2008).

As perseguições e provocações do latifúndio não cessaram. O aumento das tomadas de terra e a ameaça que representa o avanço da organização camponesa, levou o Estado a realizar novas prisões, intimidações e tentativas de assassinato para desmontar a organização. Várias lideranças foram presas ou processadas, numa demonstração de que representavam ameaça aos interesses do latifúndio.

Entre o período que antecede o 2º Congresso da LCP, até o Conselho de Delegados (instância de eleição de delegados ao Congresso), são organizados os acampamentos Bandeira Vermelha, em Machadinho d' Oeste; Eldorado dos Carajás, em Theobroma; e início da tomada da fazenda Limajuti (acampamento Gonçalves), em Vale do Anari. Todas essas ações, vão resultar em confrontos com pistoleiros, processos judiciais, despejos ou prisões de coordenadores e ativistas. Desenvolvem-se as comissões de denúncia das perseguições e o trabalho de panfletagem ganha importância na defesa política das posições da LCP. Tais necessidades obrigam maior e melhor funcionamento das atividades dos coordenadores, as reuniões tornaram-se mais frequentes e os estudos tornaram-se comuns em todas elas, para orientar a prática e resolver novos problemas que se apresentavam (A Nova Democracia, Ano II, nº 20, de 18 de janeiro de 2008).

Desde sua fundação, em 1998, a Liga realiza congressos para fazer balanços das atividades e decidir sobre os problemas da luta camponesa. Em 2005, o 4º Congresso da LCP, coincidiu com os dez anos da Batalha da Fazenda Santa Elina, por isso foi realizado em Corumbiara, contando com cerca de 2.300 participantes. Ao encerrar as atividades do Congresso, foi realizada uma grande passeata pelas ruas da referida cidade, mobilizando a população urbana e clamando por justiça às centenas de vítimas de Santa Elina, que sobrevivem com gravíssimas sequelas físicas e psicológicas e que até o momento não foram indenizadas pelo estado Brasileiro. Este Congresso deliberou a unificação de todo o movimento camponês para tomar todas as terras do latifúndio; implementação de novas táticas na luta pela terra; elevação do trabalho de formação nos grupos de base; impulsionamento do trabalho das escolas populares; elevação do trabalho de cooperação na produção; fortalecimento do trabalho do Jornal Resistência Camponesa¹¹; retomada da luta pelas indenizações das vítimas de Santa Elina; construção de um monumento em homenagem aos mártires de Santa Elina e estudar a possível retomada desta área (LCP, 2018).

Nos dias 22 e 23 de agosto de 2008, foi realizado no campus da Universidade Federal de Rondônia (Quadra de esporte Tatuzão), o 5º Congresso da LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental,

que contou com a participação de cerca de 500 pessoas entre camponeses, estudantes, professores, entidades e movimentos democráticos. Ao todo, estiveram representadas mais de 20 áreas camponesas, o 5º Congresso levantou três bandeiras principais: lutar contra a criminalização da luta pela terra; defesa da Amazônia para o povo brasileiro e defesa dos direitos dos povos indígenas. Nos dias 27 e 28 de setembro de 2014, em Jaru, realizou-se o 6º Congresso, momento de grandes lutas e tomadas de terras, muitas perseguições e assassinatos de lideranças e cerca de 20 camponeses presos (presos políticos). (LCP, 2018).

Com o acirramento das lutas no estado e o avanço do processo de criminalização, o movimento não realizou mais seus congressos públicos e massivos. Sua sede, no município de Jaru, foi atacada por diversas vezes, até ser fechada por decisão do movimento. Sua atuação nos últimos anos, garantiu a terra para milhares de camponeses em todo o país, mas também teve diversas lideranças assassinadas, como o caso de Renato Nathan em 2012, nas combativas lutas desenvolvidas pelo movimento em Jacinópolis (Nova Mamoré-RO).

Apesar de toda repressão, a LCP cresceu e se expandiu para outras regiões do país. Passou-se, então, a designar a LCP por região, ficando assim estabelecido: Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental, Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste, Liga dos Camponeses Pobres do Sul do Pará, Liga dos Camponeses Pobres de Pernambuco etc. Na atualidade, a LCP está organizada em todo o país, organizando os camponeses e realizando a Revolução Agrária.

O Comitê de Defesa das Vítimas

A partir das contundentes denúncias dos crimes cometidos pelos latifundiários e a polícia, na Batalha de Santa Elina, o Estado brasileiro foi condenado na Corte Interamericana dos Direitos Humanos¹², conforme o Relatório N° 32/04 Caso 11.556-Corumbiara-Brasil. A Corte entendeu que a ação violenta da PM em Santa Elina foi uma operação de guerra do Estado contra os camponeses e indicou a indenização das vítimas.

Na questão jurídica, os processos contra o Estado não resultaram em punições aos responsáveis pelo massacre, pelo contrário, os comandantes da PM foram promovidos e o latifundiário Antenor Duarte, apesar de fundamentados indícios que o vincularam aos fatos, não foi submetido a julgamento, ao passo que, os líderes camponeses, Cícero Pereira Leite e Claudemir Gilberto Ramos (Pantera), foram condenados como responsáveis pelo conflito. Claudemir ficou foragido e Cícero cumpriu a pena. O Julgamento dos envolvidos no “caso Corumbiara” ocorreu em Porto Velho, de 14 de agosto a 6 de setembro de 2000, onde o judiciário demonstrou sua face mais reacionária e parcial em favor dos latifundiários. O promotor Tarcísio Leite de Matos, no Julgamento, proferia frases criminosas contra os sem-terra, como essa que foi amplamente divulgada pela imprensa: “Ou o Brasil acaba com os sem-terra ou os sem-terra acabam com o Brasil”. Conforme Mesquita, 2003, p. 44), “este promotor usou o plenário como instrumento para criminalizar e satanizar os sem-terra e, em

contrapartida inocentar e sacralizar os policiais e todas as suas ações”. A autora acompanhou o julgamento e fez um relato completo¹³.

Em agosto de 1995, logo após os acontecimentos na fazenda Santa Elina, Luiz Inácio Lula (PT) havia visitado o local do acampamento arrasado e deu entrevista à imprensa junto ao poço que, segundo denúncias, à época, foi o local onde haviam sido atirados os restos de corpos de camponeses incinerados por policiais e pistoleiros. Na ocasião, ele prometeu que, se um dia fosse eleito presidente do país, desapropriaria a fazenda Santa Elina, a entregaria aos camponeses e puniria os responsáveis pelas torturas e assassinatos.

O cumprimento da promessa de desapropriação da área dificilmente seria feita, pois, como vimos, o Ministro da Agricultura de Lula era uma das maiores lideranças do movimento ruralista dos latifundiários e que havia dado a ordem para o massacre dos camponeses.

Os camponeses que viveram a violência de 9 de agosto de 1995, organizados pelo Codevise e com o apoio da LCP, seguiram a luta pela retomada e posse das terras da fazenda Santa Elina. Logo após a Batalha, o latifundiário tratou de dividir a fazenda, criando várias outras.

No dia 6 de agosto de 2001 foi fundado em Corumbiara o CODEVISE – Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina. Participaram vítimas do massacre residentes em Palmares e Corumbiara, professores, advogados, estudantes e apoiadores, com o objetivo de organizar a luta em torno de três bandeiras principais: 1) Tratamento médico adequado para as vítimas; 2) Punição dos responsáveis pelo massacre e 3) Luta pela indenização de todos os vitimados.

Em agosto de 2007, após um longo trabalho de denúncia de sua situação em jornais, TV e rádios sobre o descaso do governo federal, as famílias decidiram ir para Brasília cobrar do presidente Lula, a promessa que ele fez aos camponeses à época do massacre. Ficaram acampados por 23 dias nos gramados do palácio do Planalto e Lula se recusou a recebê-los.

Na Comissão Especial de Direitos Humanos, o ministro de Direitos Humanos Paulo Vanucci e o secretário do gabinete presidencial Gilberto Carvalho, em reuniões com as vítimas, prometeram que em 2 meses as reivindicações seriam encaminhadas. Mas, numa reunião em Ji-Paraná, com 440 pessoas, o ministro Vanucci passou por cima de todas as promessas feitas ao Codevise em Brasília de que o governo federal resolveria o problema das indenizações e passou a responsabilidade para o governo de Rondônia.

Sem que houvesse discussão com as vítimas, reconheceu a Fetagro como responsável pelo levantamento de informações, triagem e controle de R\$ 94 mil reais destinados às vítimas de Corumbiara. Mesmo após ser criticada por não consultar o Codevise e a LCP sobre o projeto encaminhado ao governo federal, a direção da Federação dos Agricultores e agricultoras do estado e Rondônia (FETAGRO) não aceitou as modificações propostas.

A Fetagro levantou 203 vítimas do massacre de Corumbiara que teriam os processos de indenização julgados no Fórum Criminal da capital, mas segundo o advogado das vítimas, Neumayer Pereira de Souza, o juiz declarou a prescrição de 194 casos e somente 9 vítimas, que eram crianças à

época, poderiam dar continuidade ao processo. As vítimas estão amparadas por crime imprescritível por se tratar de crime de lesão à humanidade e houve recurso da decisão. Algumas das 9 vítimas relacionadas no processo conseguiram o direito de receber um único valor de R\$ 10.000,00.

Em 2008, estando o estado de Rondônia condenado pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos, o governador Valdir Raupp, para escamotear o cumprimento de sua recomendação em indenizar as vítimas, assinou a Lei nº 786, de 08 de julho de 1998 que “Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão a herdeiros de vítimas fatais do confronto de Corumbiara, e dá outras providências” e estabelece o valor de dois salários-mínimos por vítima fatal. Autoriza, mas não obriga. Em 2008, o governador Ivo Cassol por meio da Lei nº 1866, de 13 de fevereiro de 2008, altera a Lei nº 786, de 08 de julho de 1998, para reduzir o valor a apenas um salário-mínimo por vítima fatal¹⁴. Não se tem notícia de pagamento dessas ínfimas indenizações. Em resumo, tanto o governo federal quanto o governo estadual não cumpriram o dever de indenizar todas as vítimas da Batalha de Santa Elina.

A retomada da fazenda Santa Elina

A LCP por vários anos buscou reorganizar os camponeses que estiveram na Batalha de Santa Elina para retomar a esse latifúndio e vingar o sangue derramado naquele solo. Em 11 de maio de 2008, mais de 100 famílias camponesas ocuparam a área, organizadas pelo Codevise. No dia 19 de maio, 8 dias após a ocupação da área, o Juiz Cristiano Gomes Mazzini, da Vara Cível da Comarca de Colorado do Oeste, concedeu Liminar de Reintegração de Posse, determinando um prazo de cinco dias para que os ocupantes da Fazenda Santa Elina deixassem pacificamente o local, atribuindo uma multa de R\$ 2 mil reais por dia de atraso ao não cumprimento da decisão, já havia grande mobilização de pistoleiros e guaxebas¹⁵ nas fazendas da região. Na manhã de 22 de julho de 2008, cerca de 70 policiais militares dos municípios de Vilhena, Colorado, Cerejeiras, Pimenteiras, Corumbiara, Chupinguaia e Cabixí, em uma verdadeira operação de guerra, despejaram as 100 famílias, que desde o dia 11 de maio haviam tomado a fazenda Santa Elina. Os policiais, após o despejo, queimaram todos os nossos barracos com os pertences dentro (Resistência camponesa, 27 de maio de 2008).

Os camponeses foram despejados, mas não desistiram. Organizados pela LCP, na manhã do dia 25 de julho de 2010, os camponeses sobreviventes e familiares remanescentes da Heroica Resistência de Corumbiara, novamente, retomaram as terras da fazenda Santa Elina, mas, desta vez, mais fortes e liderados pela coordenação deste movimento. A retomada foi celebrada pelos camponeses e saudada em todo o país, mas essa luta também não foi fácil. Eles enfrentaram as ameaças e provocações de bandos de pistoleiros e de policiais, de um lado, e de outro, as sabotagens do Inca. Enfrentando as pressões do Inca e do Ouvidor Agrário Nacional, Gercino Silva, que ameaçava a direção da LCP com ações da Polícia Federal e do exército, os camponeses imediatamente cortaram suas terras por conta própria, distribuíram os lotes, iniciaram a produção, construíram casas, estradas e pontes. As terras regadas pela Heroica Resistência foram nomeadas Áreas Revolucionárias Zé Bentão, Renato Nathan, Alzira Montenegro, Alberico Carvalho e Maratã I e II.

Paciente e persistentemente, as 800 famílias, organizadas pelo Codevise e a LCP, prosseguiram lutando e trabalhando, criaram associações e aumentaram a produção. Realizaram manifestações, ocupações de prédios públicos e fechamento de rodovias. Conquistaram, com luta combativa, energia elétrica, reforma de estradas e pontes, construção de escola e posto de saúde na área. Já podiam bradar: A Santa Elina é do povo! Mas, nem toda. Uma parte que havia sido desmembrada, com o argumento de ter cumprido as cláusulas resolutivas do Contrato de Alienação de Terras Públicas, não fora desapropriada, sendo objeto de luta no ano de 2020, quando a LCP ocupa a área, dando nome ao acampamento de Manoel Ribeiro. Depois de meses de muita resistência contra ataques da polícia e de pistoleiros, os camponeses deixaram a área, deixando uma faixa: “Voltaremos mais fortes e mais preparados!”

A LCP e a Revolução Agrária

A LCP se classifica como um movimento camponês de novo tipo. Não defende a reforma agrária. Defende intransigentemente a Revolução Agrária, uma luta radical em que “não há espaços para conciliações, é em si uma questão de política e de poder”, como expressa em seu documento básico. A LCP luta contra a “reforma agrária de faz-de-conta” implantada pelo estado brasileiro e aplica seu programa nas áreas tomadas do latifúndio, como explica o próprio movimento (2018, p. 10). Os objetivos da LCP são:

A curto e médio prazos as LCP lutam por desenvolver sua organização para transformá-la num grande movimento das massas camponesas em todo país, buscando unir-se com todas as organizações populares combativas, ajudando a construir a aliança operário-camponesa e fazer avançar a luta pela terra, pela democracia e pela justiça em todo o país. A longo prazo as LCP têm como objetivo fortalecer a luta contra todo o sistema burguês-latifundiário servil do imperialismo, pela sua destruição e pelo estabelecimento do poder popular para edificar uma democracia nova, conquistar a independência e progresso da Nação e do nosso povo, construindo a sociedade socialista (LCP, 2018, p.18).

Ocupam, cortam a terra, produzem e criam novas relações de poder. A Revolução Agrária defendida pela LCP tem por objetivo a total nacionalização, estatização e coletivização das terras (LCP, 2018, p. 13).

A LCP desde seu nascimento defende aliança com os povos indígenas e quilombolas, e a demarcação de suas terras. Compreende que o problema indígena não é uma mera questão de direito à demarcação de terras, mas da autodeterminação dos povos. “A luta pela terra das comunidades indígenas, quilombolas e camponeses pobres sem-terra tem um mesmo inimigo: o latifúndio”.

A Liga dos Camponeses Pobres propõe uma luta radical contra o latifúndio, contra o Estado burguês e o imperialismo e ressalta o inevitável choque dessa luta com as classes dominantes e os órgãos representativos do Estado. Por defender a revolução, afirma que “eleição é farsa”, denunciando a democracia burguesa, que serve para legitimar as classes dominantes no poder do estado. Repudia o processo eleitoral e os partidos que dele participam. Se organiza na perspectiva de combinar a Revolução Agrária com a revolução democrática e anti-imperialista e pela construção de uma sociedade

socialista (LCP, 2018). A Revolução Agrária desencadeada pela LCP é compreendida como o início de uma revolução de nova democracia. A revolução de democracia nova é parte da revolução socialista-proletária mundial, está resolutamente oposta ao imperialismo, isto é, ao capitalismo internacional. (Mao Tsetung, 1975a, p. 530). Quando a Revolução Agrária se propõe a entregar a terra para os que nela trabalham, como início do processo de revolução de nova democracia, significa que:

A terra para os que a trabalham significa a transferência da terra das mãos dos exploradores feudais para as mãos dos camponeses, transformação da propriedade privada dos senhores de terras feudais em propriedade privada dos camponeses e emancipação destes das relações agrárias feudais, tornando-se possível a conversão do país agrícola em país industrial. Por consequência o princípio de que “a terra para os que a trabalham” tem o caráter de uma reivindicação democrático-burguesa não proletária socialista. [...]. A maioria esmagadora dos camponeses, isto é, todos, excetuando-se os camponeses ricos, que arrastam a cauda do feudalismo, reivindicam ativamente a terra para os que a trabalham (Mao Tsetung, 1979a, p. 389).

Portanto, quando o ideal da Revolução Agrária de “tomar todas as terras do latifúndio” é lançado entre os camponeses pobres, faz-se de forma consequente, apontando que o caminho das transformações estruturais no Brasil se iniciará no campo.

O sistema latifundiário herdado do secular sistema escravista, semicolonial e semifeudal, engendrado pelo imperialismo inglês e depois pelo norte-americano, contribuiu para desenvolver um capitalismo atrasado e burocrático, que mantém as relações mais atrasadas por meio do latifúndio e a entrega de nossa economia aos interesses do imperialismo, mantendo as relações semicoloniais. Formado a partir dessas relações, o capitalismo burocrático brasileiro possui muitas contradições, mas, conforme Carvalho (2006), as contradições fundamentais são três. Vejamos:

Como bem compreendemos, no Brasil existem muitas contradições de classes, mas aquelas que são as fundamentais são três: entre a imensa maioria da nação e o imperialismo; entre campesinato pobre, principalmente e sistema latifundiário; e entre proletariado e burguesia. São estas três porque as diferentes e fundamentais classes dominantes e dominadas do país, que em sua condição semicolonial, de oprimido pelo imperialismo, principalmente ianque, constitui-se um processo nacional incompleto (Carvalho, 2006, p. 57).

Concordamos com o autor que a principal contradição de classe no Brasil é a contradição entre campesinato pobre e latifundiários. Esta contradição só pode ser resolvida com a revolução, que na etapa atual há de se realizar como revolução democrático-burguesa de novo tipo, agrária e anti-imperialista.

Por isso, a questão agrária se impõe como o mais importante elemento para compreender a sociedade brasileira e a luta de classes que nela se processa na atualidade. É uma questão objetiva, que envolve milhões de camponeses pobres. O que tem levado os camponeses à luta não é outra coisa senão a posse individual da terra para alimentar seus filhos. A luta pela terra agudiza as contradições e a luta de classes, choca os camponeses contra o Estado e desenvolve sua consciência revolucionária e sua aliança com a classe dirigente da revolução, que é o proletariado.

Considerações finais

Corumbiara foi uma amostra das atrocidades cometidas contra os camponeses em luta pela terra. Os responsáveis pela carnificina nunca foram julgados, mas o povo fez sua vingança tomando a fazenda Santa Elina, que hoje está nas mãos das vítimas e de outras famílias camponesas, com uma alta produção de alimentos. Desse conflito, que foi uma batalha, o povo também aprendeu a resistir e, organizados, criaram um movimento camponês de novo tipo, que seguiu fazendo a luta pela terra como Revolução Agrária: A Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

Em 2020, os camponeses, organizados pela LCP, tentaram conquistar a última parte da Fazenda Santa Elina, que não foi desapropriada, mas, diante da intensa repressão, adiaram: “Voltaremos mais fortes e mais preparados”.

A LCP segue desenvolvendo no campo a Revolução Agrária: tomando terra, fazendo o corte popular e resistindo na área tomada, sem esperar pelo Incra e pela falida reforma agrária de mercado que nunca chega. Essa posição a coloca em confronto direto com o Estado e com a força repressiva dos latifundiários, que, utilizando-se dos órgãos de imprensa, a acusam de terrorista. É o movimento social mais criminalizado e atacado pelos latifundiários e seus pistoleiros, pelo Estado e suas polícias, por grupos paramilitares e pelo judiciário. Mas, há que se ressaltar que é o único movimento que tem ocupado terra, nos últimos anos, em Rondônia.

Após esses 30 anos do conflito agrário que chocou o mundo, em Corumbiara, o Estado de Rondônia segue sendo destaque nos conflitos agrários. Rondônia liderou em 2023 em número de assassinatos relacionados a conflitos agrários, com cinco mortes, representando 16% de todas as mortes no campo no País. A expansão do agronegócio para cultivo de *commodities* como soja e milho, além da pecuária, o garimpo, a invasão de terras indígenas, a grilagem de terras públicas e a organização de grupos paramilitares contribuem para a intensificação dos conflitos agrários na região.

Referências:

A NOVA DEMOCRACIA (AND). **Governo e latifúndio torturam e assassinam camponeses em Rondônia**. A Nova Democracia, Rio de Janeiro, ano I, nº 6, janeiro de 2003.

A NOVA DEMOCRACIA (AND). **Porque trabalham e podem querer**. Ano IV, nº 28, Edição impressa. Rio de Janeiro: janeiro de 2006.

A NOVA DEMOCRACIA (AND). **Um Movimento Camponês de Novo Tipo**. Ano II, nº 20, Edição impressa. Rio de Janeiro: setembro de 2004.

A NOVA DEMOCRACIA (AND). **Um movimento camponês de novo tipo**. Edição *online*, Ano II, nº 20, de 18 de janeiro de 2008).

BATELLA, D. B. **A liga dos camponeses pobres e a luta pela terra no Norte de Minas - 1995-2017**. Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, 2021.

COMIM, T. **O poder midiático sobre o massacre de Corumbiara**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Rondônia.

- CARELLI, V. **Corumbiara documentário, ano 2009**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ONNKDTfVqcc>>. Acesso em: 15 de jul. 2025.
- CARVALHO, A. D. **O revisionismo albanês de Amazonas e sua crítica “demolidora” do maoísmo**. Rio de Janeiro: Difusora, 2006.
- CENTRO DE ESTUDOS E DE PASTORAL DOS MIGRANTES-RO. **Pesquisa: realidade das famílias migrantes**. Ji-Paraná: CEPAMI, 1980.
- DAL MASO, M. **Política de colonização e colonização da política**. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.
- FUHRMAN, L. Bolsonaro inventou “guerrilha terrorista” em RO para justificar ação da Força Nacional, diz procurador. **De Olho nos Ruralistas**. 10 de novembro de 2021.
- LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP). **Cartilha Nosso Caminho**, 2018.
- TSETUNG, M. **Obras escolhidas**. Pequim: Edições do Povo, 1975. t.2.
- TSETUNG, M. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. t.3.
- MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MESQUITA, H. A. de. **A luta pela terra no país do latifúndio: o massacre de Corumbiara/Rondônia** / Helena Angélica de Mesquita. – Goiânia: FUNAPE/DEPECAC/UFG, 2011.
- MESQUITA, H. A. de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses - Rondônia, 1995**. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- MESQUITA, H. A. de. O conflito na fazenda Santa Elina/O Massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do Júri Popular. **Revista Pegada**. vol. 4 n. 2, novembro, 2003. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/887/905>>.
- MINDLIN, B. Avaliação do componente indígena. **Relatório de andamento. Polonoroeste**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.
- ORGANIZACAO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. **Relatório Nº 32/04 Caso 11.556**. Corumbiara-Brasil CIDH OEA/Ser/L/V/II.119 Doc. 36 11 de março de 2004.
- PEDLOWSKI, M.; DALE, V.; MATRICARDI, E. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. **Ambiente & Sociedade**, n.5, p. 93-107, 1999.
- PERDIGÃO, F; BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos**. Rondônia: a trajetória da ilusão. Loyola, 1992.
- PERES, J. **Corumbiara: caso enterrado** / João Peres. Santo André, SP: Editora Elefante, 2015. 304 pp.
- RESISTÊNCIA CAMPONESA. **Justiça do latifúndio concede liminar em tempo recorde para reintegração da Santa Elina**. Edição de 27 de maio de 2008.
- RICARDO, F.; GONGORA, M, F. **Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira**. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019.
- SANTOS, C. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001. São Paulo: Loyola, 1992.
- SOUZA, M, M, de. **Capitalismo, Questão Agrária e meio ambiente em Rondônia: O caso de Jacinópolis**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, 2006.
- SOUZA, M, M, de. **Imperialismo e educação do campo**. Araraquara, Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, M, M, de. **Imperialismo e educação do campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990**, Universidade Federal de Rondônia, 2010. 405 f.

Notas

¹ Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (2010). É professora da Universidade Federal de Rondônia (Unir), lotada do Departamento de Ciências da Educação do Campus José Ribeiro Filho-Porto Velho/RO. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR-UNIR). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1667476928278504>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9043-7510>. E-mail: marilsa.miranda@unir.br.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2009) e graduado em História pela Universidade Federal de Rondônia (2006). É professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1760443402233737>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2363-2153>. E-mail: marcio.martins@ifro.edu.br.

³ O artigo é parte da pesquisa intitulada “Identidade e memórias da Agricultura Familiar no âmbito do Projeto GeoRondônia” com o objetivo de realizar levantamento bibliográfico, documental e de campo sobre os assentados do INCRA em Rondônia buscando fazer uma análise do momento em que surgiram e da situação atual a partir dos documentos oficiais e narrativas de assentados

⁴ O Partido dos Trabalhadores - PT ocupou cargos de primeiro escalão (Secretarias de Estado e Diretorias) no Governo de Valdir Raupp de Matos - PMDB até o “Massacre de Corumbiara” (janeiro a agosto de 2004) quando o Diretório Nacional do Partido exigiu a retirada imediata do governo de todos os seus filiados, diante da repercussão causada pelo fato. “O governador tinha conhecimento da situação da Santa Elina e não tomou nenhuma providência a fim de evitar a tragédia que já se anunciava. O Secretário de Agricultura, que era do Partido dos Trabalhadores, também tinha conhecimento da situação. Nenhum deles se manifestou sobre o caso” (Mesquita, 2011, p.86).

⁵ Roberto Rodrigues foi o primeiro Ministro da Agricultura do governo Lula, iniciando seu mandato em 1º de janeiro de 2003. Em agosto de 2003 e novembro de 2005, foi condecorado pelo presidente Lula respectivamente com a Ordem do Mérito Militar no grau de Grande-Oficial especial e com a Ordem do Mérito da Defesa no grau de Grã-Cruz. Atualmente foi escolhido como a voz do agronegócio universal (Enviado Especial para Agricultura) na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP30, que ocorre em novembro em Belém do Pará (<https://forbes.com.br/forbesesg/2025/05/roberto-rodrigues-sera-a-voz-do-agronegocio-universal-na-cop30/>).

⁶ Mesquita (2001) entrevistou a mãe de Vanessa e relata que “os depoimentos da própria mãe da menina dão conta, que nem ela mesma viu quando a filha foi atingida. Ela conta que quando o dia já clareava, estava quase surda com tantos tiros, e cega com tanto gás, tomou Vanessa pela mão direita e Romerito, seu outro filho, pela mão esquerda, e correu com os dois em direção à mata. Antes de chegar à mata a menina disse: mãe tá duendo aqui, e Romerito perguntou: mãe a Vanessa vai morrer? Foi aí que ela percebeu que a filhinha estava desfalecendo, tomou-a nos braços e continuou até a mata onde perambulou por várias horas com a filha morta nos braços e Romerito agarrado em suas vestes” (Mesquita, 2003, p. 48)

⁷ O Bispo da Igreja Católica Gerard Jean Paul Roger Verdier, na presença de testemunhas, recolheu várias amostras de cinza e de ossos queimados do local, enviou as amostras à Faculdade de Medicina de Paris/Ouest (Serviço de Anatomia e Citologia Patológica - Medicina Legal), onde o Professor Michel Durigon, Perito Nacional e Chefe o Serviço, os analisou, comprovando ser ossos humanos.

⁸ Observamos esta experiência quando dormimos no acampamento da fazenda Santa Elina, no período de nossa pesquisa, em 2008. Havia um responsável pela segurança que distribuía as pessoas em turno para esta tarefa. Além de pontos fixos havia a ronda interna, que servia para também disciplinar o horário de silêncio estabelecido em Assembleia

⁹ Diz-se de quem não tem família ou alguém que se incomode com ele. Pistoleiro e guaxeba é defunto sem choro, por isso acredito que muitos morreram na Santa Elina e ficou por isso mesmo, ninguém reclamou suas vidas e menos sua morte (Mesquita, 2001, p. 11).

¹⁰ A LCP define os dois caminhos: “o caminho do oportunismo, que é o mesmo caminho burocrático da burguesia e do latifúndio, que sempre subordinou o movimento camponês aos projetos eleitoreiros, tratando os camponeses como classe secundária na luta de classes e o caminho democrático, único capaz de efetivamente

conquistar a terra através da destruição completa do latifúndio, por guiar-se no programa revolucionário de transformações para o campo, por considerar os camponeses pobres como a força principal para as transformações democráticas revolucionárias de nosso país, sob a direção do proletariado revolucionário e assentadas na aliança operário-camponesa” (LCP, 2018, p. 28).

¹¹ Resistência Camponesa é um veículo de comunicação que divulga e denuncia as lutas camponesas. <https://resistenciacamponesa.com/>

¹² O documento pode ser consultado em:

<https://cidh.oas.org/pdf%20files/Brasil%2011.556%20Corumbiara%20PUBL%20Port.pdf>

¹³ Helena Angélica de Mesquita descreveu o julgamento no artigo intitulado O conflito na fazenda Santa Elina/o Massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do Júri Popular, publicado na Revista Pegada vol. 4 n. 2, novembro, 2003. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/887/905>. Recomendamos a leitura do artigo.

¹⁴ Lei nº 786, de 08 de julho de 1998. Disponível em:

http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L786_compressed.pdf. Lei nº 786, de 08 de julho de 1998. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L1866.pdf>.

¹⁵ A palavra Guaxebe pode se referir a diferentes coisas, dependendo do contexto e da região. Em Rondônia guaxebe é o nome dado pelos camponeses aos pistoleiros, em especial, aos policiais que atuam a serviço dos latifundiários.

Recebido em: 16 de set. 2025

Aprovado em: 11 de dez. 2025